

Carlos José Crêspo Santos

Recursos Naturais e Geopolítica

RECURSOS NATURAIS BRASILEIROS: MAPEAMENTO ESTRATÉGICO, FRONTEIRAS E CENÁRIOS NA AMAZÔNIA

Carlos José Crêspo Santos¹

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo realizar uma análise da problemática do mapeamento estratégico e dos recursos naturais presentes na Amazônia frente a políticas de defesa por parte do Brasil e da necessidade de cooperação regional à luz da presença estrangeira na região, em especial da China. Para tal, faremos um panorama geral geopolítico da Amazônia e de seus potenciais naturais, além de discussão sobre o Tratado de Cooperação Amazônica e suas premissas. A isso se seguirá um estudo de caso acerca da presença chinesa e sua estratégia de aquisição de vastas somas de terras em regiões estratégicas do Brasil ricas em recursos naturais. Prosseguiremos com uma análise dos principais processos históricos de atuação do Estado, principalmente por meio do Projeto Calha Norte, na região e nas fronteiras, para assim poder traçar cenários dentro do processo de defesa da soberania nacional na região. A partir desse artigo, concluiremos que há um interesse estratégico da China em áreas estratégicas e ricas em recursos naturais na Amazônia, bem como a necessidade iminente de maiores investimentos em defesa na região, de modo a garantir nossa soberania.

Palavras-chave: Geopolítica. Amazônia. Recursos Naturais. China.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pesquisador Associado do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) / Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) e Sócio da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Pode ser contatado pelo endereço eletrônico cajecs@hotmail.com.

**BRAZILIAN NATURAL RESOURCES: STRATEGIC MAPPING, BORDERS AND BACKGROUNDS IN THE
AMAZON**

ABSTRACT

This article aims to conduct an analysis of the strategic mapping issues and natural resources present in the Amazon against defense policies by Brazil and the need for regional cooperation in the light of foreign presence in the region, especially China. To this end, we will make a geopolitical overview of the Amazon and its natural potential as well as discussion of the Amazon Cooperation Treaty and its premises. To this will be followed by a case study about the Chinese analysis the presence of the major processes of the state acting mainly through and “Calha Norte” Project, the region and the borders so that he could outline scenarios within the national sovereignty defense process in the region. From this article, we will conclude that there is a strategic interest of China in areas rich in natural resources in the Amazon and the imminent need for greater investment in defense in the region to ensure our sovereignty.

Keywords: Geopolitics. Amazon. Natural resources. China.

INTRODUÇÃO

A conquista de novos territórios e de fontes de produção de energia ou de abastecimento de matérias-primas já não é tão fácil como no passado. Outrora resolvida por meio das navegações ou de conflitos armados, não há mais espaços a serem conquistados que já não tenham soberania declarada ou que não estejam submetidas a acordos internacionais vigentes.

É nesse contexto de territórios e matérias-primas que inserimos a Amazônia no debate. Maior floresta tropical do mundo, encontram-se no subsolo amazônico as maiores reservas estratégicas de recursos naturais e minerais em um mesmo local do planeta, o que por si já lhe agrega um importante valor geopolítico em nível internacional. Área estratégica que está em mais de 70% sob soberania brasileira, tem despertado, há séculos, o interesse de países e instituições internacionais, particularmente pela sua biodiversidade

Entre os Estados que partilham a Amazônia, quatro deles (Brasil, Colômbia, Equador e Peru) atendem ao que Silva (2005) chama de megadiversidade biológica e somam, também, vastas reservas de minerais primordiais para a indústria tecnológica e de defesa. Esse fato já desperta a atenção do Brasil quanto à cobiça e à ameaça à soberania na região, demonstrado em documentos como, por exemplo, a Estratégia Nacional de Defesa (2008) e os Cenários EB2030². De forma a desenvolver uma análise sobre essa temática, bem como da necessidade de atuações do Estado, optamos por dividir o artigo em três partes. A primeira apresenta uma abordagem geral do que é a Amazônia, destacando suas questões geográficas e de presença de recursos naturais; aborda, também, o Tratado de Cooperação Amazônica. Assim, analisaremos a amplitude do território junto ao Brasil e ao mundo. Em seguida, passaremos a abordar a presença e o investimento de capital externo na região, com destaque para a China, expondo, também, outros atores internacionais (não necessariamente governamentais) na região.

Concluiremos este trabalho com um debate sobre a geopolítica da Amazônia e a necessidade de defender fronteiras, abordando questões como o Projeto Calha Norte e a necessidade de um entendimento

² Disponível para leitura em: < <http://www.forte.jor.br/2010/07/11/estrategia-do-exercito-brasileiro-ate-2030/> >

coletivo sobre a Geopolítica da Amazônia dentro de todos os setores do governo, ensejando a construção de uma estratégia conjunta de atuação e de defesa da nossa soberania.

1. A AMAZÔNIA: UM PANORAMA GERAL

Composta por mais de 5,5 milhões de km² de florestas e abrigando uma fauna exuberante, a Amazônia brasileira equivale a mais de um terço do território nacional e a classifica como área de maior diversidade biológica do mundo, onde se encontra a maior bacia hidrográfica do planeta. Contém, em seu solo, algumas das mais importantes reservas de minerais que existem. Tudo isso faz da região Amazônica a detentora do maior estoque de recursos estratégicos – água, minerais, biodiversidade – do planeta, constituindo, assim, o espaço vital³ do século XXI (AMIN, 2015). Essa área compõe a maior da chamada Amazônia Internacional⁴.

Na Amazônia, as áreas de pré-cambriano correspondem a cerca de 40% do seu território. As suas sequências vulcano-sedimentares (do tipo *greenstone belt* ou não), intrusões graníticas, derrames vulcânicos ácidos e intermediários, complexos alcalino-ultrabásicos e básico-ultrabásicos, e coberturas sedimentares apresentam potencialidade para uma grande variedade de depósitos minerais, tais como ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante. Deve ser salientado que boa parte dos depósitos minerais, embora relacionados a rochas pré-cambrianas (SANTOS,2002).

Até o início da década de 1960, o conhecimento do subsolo da Amazônia estava restrito aos relatórios de viagem de poucos pesquisadores, normalmente limitados à calha dos grandes rios (SANTOS,2002). Dado um cenário global de escassez de recursos que abasteçam a economia mundial, Amin (2015) diz que isso agrega posição geopoliticamente estratégica da região amazônica, complementando com a afirmação de que se determina, assim, uma nova realidade geopolítica para a região Amazônica, exigindo

³ Para Ratzel, o espaço vital representa uma proporção de equilíbrio de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas pretensões territoriais.

⁴ Amazônia Internacional compreende uma área de 7 milhões de quilômetros quadrados dos quais 4,7 milhões pertencem à Amazônia brasileira e representam 55% da área total do Brasil (8,5 milhões de quilômetros quadrados), a totalidade da Guiana, da Guiana francesa e do Suriname, e parte da Colômbia, do Equador, da Venezuela, do Peru e da Bolívia (TELES,2009).

maior presença do Estado, visando não só ao seu crescimento econômico e desenvolvimento sustentável como também a reafirmar a soberania da região.

Estatísticas que mostram o Brasil como o detentor das maiores reservas de água doce do planeta. Nesse inventário, são contempladas as bacias dos rios Amazonas, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Parnaíba e Paraná. Complementando esse estoque de recursos estratégicos para o século XXI, estão os maiores aquíferos do mundo: o aquífero Guarani, com volume de água de 45 mil quilômetros cúbicos, a maior parte no subsolo brasileiro; e o aquífero Alter-do-Chão, com um volume de água de 86 mil quilômetros cúbicos, localizado nos estados do Amazonas, Pará e Amapá. Nesse contexto de riqueza hídrica, o rio Amazonas, com mais de três mil afluentes, assume posição privilegiada dentro da dimensão geopolítica de utilização e preservação dos recursos naturais do planeta. Dada a possibilidade de a crise se consolidar em nível global, a água deixará de ser tratada como bem comum para se tornar um bem econômico (AMIN,2015).

a) O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a necessidade geopolítica de gestões compartilhadas

Assinado em 3 de julho de 1978 e promulgado pelo Brasil em 18 de agosto de 1980, o Tratado de Cooperação Amazônica (ou Pacto Amazônico) foi criado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela sob o espectro de um temor de internacionalização da Amazônia e “foi visto como uma maneira de os países amazônicos desenvolverem a região e reforçarem sua soberania sobre ela” (ROESSING NETO,2007).

Esse fato já reforçava em décadas finais do século XX que continuava vigente a preocupação – mais política do que ambiental – com a manutenção da soberania na região amazônica e que esta agora tomava ares regionais, tanto que a adesão de outros países externos à área não seria permitida, bem como não foi aceita a adesão da Guiana Francesa, o que acarretaria incluir a França no acordo⁵.

Os objetivos do Tratado eram: reforço da autonomia da cada uma das partes signatárias em relação ao desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos; promoção do uso racional dos recursos naturais desses territórios, de maneira a preservar o equilíbrio;

⁵ De acordo com Ganger (2008), a Guiana francesa é território francês – e, portanto, parte da União europeia- encravado na América do sul, entre países com os quais sempre teve poucos laços econômicos e políticos.

favorecimento da troca de informações entre as partes signatárias no que tange às iniciativas de desenvolvimento dos respectivos territórios (ROESSING NETO, 2007).

Mesmo sem ter uma ideologia coercitiva, Tratado de Cooperação Amazônica criou em si uma linhagem de pensamento embasada na necessidade de cooperação entre os Estados, especialmente no que se refere a criação de fóruns e reuniões constantes, seja entre os Presidentes ou Ministros das Relações Exteriores. Mas essa ideologia de cooperação que resultou na criação do Conselho de Cooperação Amazônica. O próprio Itamaraty define o Tratado como tendo “o objetivo promover o desenvolvimento harmônico da região e o bem-estar de suas populações, além de reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos”. Apesar disso, o caráter coletivo de defesa da soberania se individualiza quando o assunto é a exploração dos recursos.

Passados 20 anos desde então, os mesmos signatários assinaram um Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e que culminou com a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), definida pelo Itamaraty como uma organização internacional dotada de secretaria permanente e orçamento próprio, que permite aperfeiçoar a implementação dos propósitos do Tratado. Consta-se que a região amazônica é compartilhada pelos países que firmaram o TCA e tem sido alvo crescente dos interesses chineses (SILVA, 2005).

No outro extremo do planeta, a Amazônia, que tem sido também durante séculos objeto dos mais diversos e excêntricos comentários, é um importante *espaço vital* por sua grandiosidade territorial, sua riqueza de recursos naturais e a exuberância de sua biodiversidade. Pela potencialidade do estoque de recursos estratégicos necessários para a geração das inovações tecnológicas, a Amazônia passou a atrair as atenções internacionais, pelas riquezas do subsolo regional e, especialmente, pelo seu grande potencial hídrico (AMIN, 2015).

b) A Nova agenda estratégica de Cooperação Amazônica

Em 2010, durante reunião dos Chanceleres da OTCA, foi criada a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica. A declaração emitida destacava que se implantava ali “um papel renovado e moderno como fórum de cooperação, intercâmbio, conhecimento e projeção conjunta para fazer frente aos novos e complexos desafios internacionais que se apresentam” (OTCA, 2010). A declaração se referia às constantes

mudanças de foco das agendas internacionais, regionais e locais que deveriam se adaptar a novos cenários, já considerando o aumento de pressões internacionais na região.

Assim surgiu, a partir desse encontro, a chamada Nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica, com foco em dois eixos transversais: conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis, e desenvolvimento sustentável (OTCA, 2010). É importante destacar, também, pautas da agenda que incluíram a necessidade de políticas para desenvolvimento regional e energético, gestão compartilhada de fauna e flora, áreas protegidas e políticas de pesquisa, tecnologia e inovação, além de outros objetivos ambientais, de saúde e turísticos que não são alvo de análise desse estudo.

Tais demandas expressam, por um lado, a *necessidade de definição clara das regras do jogo*, ou seja, do fortalecimento institucional e, por outro, a pertinência da sub-regionalização, porque as regiões têm finalidades próprias e problemas específicos. O Estado pode dialogar melhor com essas necessidades específicas, encontrar as parcerias necessárias e direcionar melhor os recursos para melhor atendê-las (BECKER, 2005).

Na agenda definida, observa-se o reconhecimento por parte dos Estados membro da OTCA de que há uma necessidade de pensar a Amazônia coletivamente frente a novas ameaças, as quais são consideradas no documento EB2030 como passíveis de ocorrer, com o aumento das pressões internacionais sobre a Amazônia, em se falando de pretensões quanto à sua importância geoestratégica e riquezas⁶.

Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é já há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os nossos vizinhos, também depositários desse patrimônio. Este é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia. Para ela orienta-se o destino manifesto do Brasil (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2012).

2. A CHINA E A ESTRATÉGIA DE PRESENÇA NA AMAZÔNIA

O relacionamento entre a China e os países da região amazônica é relativamente recente. Devido às reformas econômicas e à abertura da China para o mundo, as relações diplomáticas com estes países foram estabelecidas nos anos 70 e 80 (SILVA, 2005). Desde então, o relacionamento comercial só tendeu a

⁶ Ler mais em: <http://www.forte.jor.br/2010/07/11/estrategia-do-exercito-brasileiro-ate-2030/>

crescer e, aliado a uma taxa de crescimento econômico anual de dois dígitos, rapidamente se tornou o maior parceiro econômico do Brasil, ultrapassando até os Estados Unidos.

De acordo com Nakatani et al (2014), em função das formas de produção e do padrão de consumo praticados atualmente no mundo, as terras agricultáveis, ou com potencial futuro para a agricultura, estão ao lado de regiões estratégicas do ponto de vista da aquisição de recursos minerais e hídricos essenciais para a produção capitalista. A China representa o mais importante e pouco explicado componente desse intrincado processo.

Em certa medida, a China tem se constituído como uma plataforma de aquisição de terras pelo mundo, a partir da qual operam capitais de diversos fundos e empresas internacionais, tais como a BioPalm Energy (Cingapura), AmirgaGroup (Índia), Adeagro (EUA), Bunge (EUA), LDC - Louis Dreyfus Commodities (com sede na Suíça), TIAA-CREF (fundo de pensão norte-americano), Brow Cia. (Filipinas), Tiba Agro (Brasil, Europa e EUA), Terra Magna Capital (fundo sediado em Luxemburgo), etc. Possivelmente, a montagem e o funcionamento dessa plataforma deve estar ligada a algum tipo de benefício e facilidade para a entrada e saída de IED⁷ na China, bem como ao apoio de bancos de desenvolvimento e políticas de setores governamentais responsáveis pelo gerenciamento de terras nos países vendedores (NAKATANI et al,2014).

Essa quantidade de terras corresponde a 74% das compras efetivadas a partir da China, sendo os 26% restantes adquiridos por empresas e fundos deste país, como também pelo próprio governo. Isso totaliza mais de 1,6 milhões de hectares apenas no Brasil, o equivalente a três vezes o território do Distrito Federal. Além da China, podemos citar também EUA e Emirados Árabes Unidos como grandes compradores de terras no exterior. Ao analisarmos o ranking de Estados que mais tiveram terras compradas pelo capital estrangeiro, veremos que o Brasil figura em 4º lugar mundial (GRAIN, 2012 apud NAKATANI et al,2014)⁸.

Partiram da China compras que totalizaram aproximadamente 3,5 milhões de hectares. Essa área, somada a quantidade de terras adquiridas pelos chineses a partir de outros países – mais 3,5 milhões de hectares adquiridos via Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Cingapura, Japão, Índia, Malásia, EUA, Portugal, França, Reino Unido, Suécia e França em diferentes

⁷ IED é a sigla para Investimento estrangeiro direto. É definido pelo IPEA como Investimento estrangeiro direto (IED) é todo aporte de dinheiro vindo do exterior que é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país, isto é, na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas (WOLFFENBUTTEL,2006).

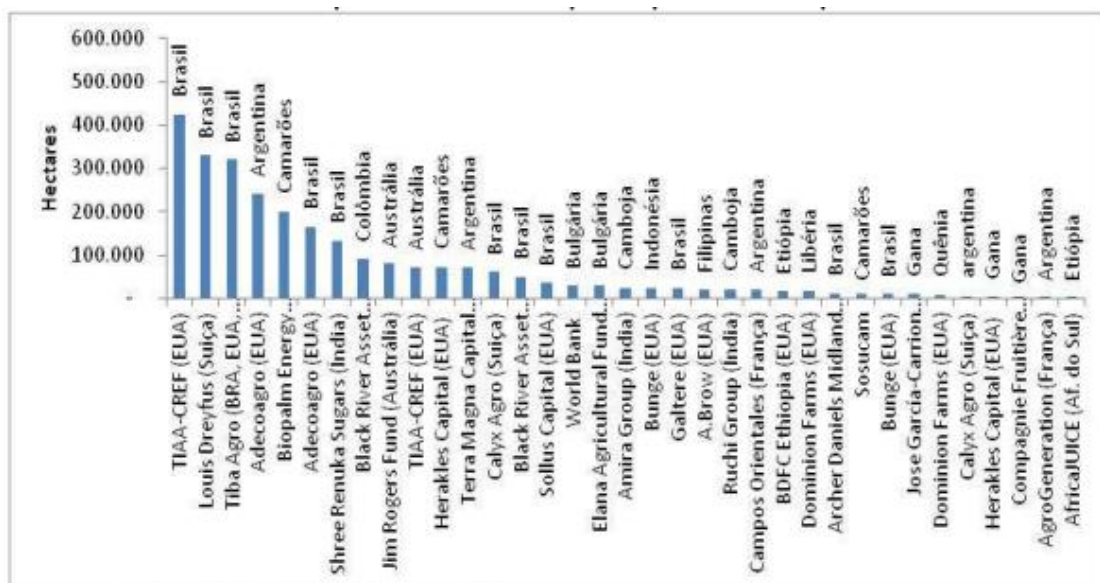
⁸ Informações disponíveis na página da organização não governamental GRAIN. Disponível em: www.grain.org.

regiões do globo – coloca a China na posição de maior comprador de terras em escala mundial. Além do governo central chinês, as principais empresas e fundos envolvidos nessas compras indiretas são em grande parte chinesas (NAKATANI et al,2014).

Isso totalizaria mais do que o equivalente ao território do estado do Rio de Janeiro (4,3 milhões de Km²). Esse dado pode ser bem maior do que o registrado, visto que muitas áreas não possuem registros legais. Diretamente, isso acarreta em uma constatação de que a China está em busca de espaços estratégicos para aquisição e controle bem como, pela alta expressão no Brasil (mais de 70% das compras) essa é a área que mais impacta e sofre influência direta da estratégia chinesa. Evidentemente, de acordo com Nakatani (2014) para se ter uma ideia, os investidores listados adquiriram 2,6 milhões de hectares de terra ao redor do mundo, grande parte no Brasil.

Considerando as altas taxas de crescimento chinês, é de se compreender a demanda diretamente proporcional no que se refere à necessidade de recursos naturais e matérias-primas que abasteçam seu fluxo de produção. Silva (2005) diz que à medida que a China ascende como um relevante ator econômico no cenário internacional, crescem também seus interesses econômico-comerciais nos países da região amazônica.

Figura1:Fundos de empresas internacionais que compraram terras a partir da China



GRAIN (2012) apud NAKATANI et al (2014)

De acordo com dados de investimentos diretos da China, Silva (2005) destaca que a América Latina é a segunda região mundial receptora de investimentos diretos da China (cerca de US\$ 6,3 bilhões), superada apenas pelos países asiáticos. Ademais, os países da região amazônica encontrando-se como os maiores receptores de recursos chineses, principalmente nos setores industrial e de geração de energia.

Atualmente, em um contexto global com a emergência da China como potência econômica e comercial, a região vem se consolidando como uma área estratégica para o mercado desse país. A China, inclusive, injeta elevados recursos financeiros para a construção de projetos de infraestrutura de ‘integração’ regional que já funcionam, na verdade, como corredores de exportação de *commodities* (LOPES DA CUNHA, 2013).

Levando-se em consideração a atividade comercial realizada com os estados que compõem a federação brasileira, no caso particular do Estado do Amazonas, 35% de todas as suas importações são oriundas da China. De acordo com o Relatório Câmara Brasil-Alemanha, a Comissão Europeia alerta para o fato de que a China tem garantido o acesso a *commodities* cobiçadas por meio de uma estratégia dominadora, que inclui aquisições de mineradoras, compra de terras e doações a governos africanos.

Tratando-se de recursos naturais, o caso vira “uma questão de estratégia nacional”, conforme dissera o ex-ministro Delfim Neto em entrevista ao jornal o Estado de São Paulo. Embora a China tenha um sistema político comunista, sua economia é regida por princípios capitalistas e, quanto maior for o desenvolvimento econômico chinês, maior será a demanda daquele país pelas reservas naturais amazônicas (SILVA, 2005).

O crescimento econômico do gigante asiático o transformou em uma potência global, com uma necessidade enorme de recursos naturais vindos de qualquer parte do planeta. Esta nova situação fez com que as relações da China com a América Latina se tornassem mais complexas e transcendessem o nível puramente comercial. Segundo Zhang Tao, a conselheira política da embaixada da China no Equador, tal realidade indica que a China se converteu em um sócio importante para os latino-americanos graças aos programas de investimento no “novo continente”. Entre os anos 2000 e 2012, o comércio entre estas duas regiões teve um crescimento de 22% (REVISTA FÓRUM, 2014).

A compra de fornecedores da matriz energética também é uma estratégia utilizada através do capital chinês¹⁰, diz Locatelli (2016). Complementa exemplificando o caso da *China Three Gorges*, a qual se prepara para fazer uma oferta no leilão que ocorrerá no segundo semestre de 2016 da usina de São Luiz do Tapajós. Com um valor estimado em R\$ 23 bilhões de reais e o licenciamento ambiental mais polêmico desde Belo Monte, a maior hidrelétrica planejada pelo Governo Federal para as próximas décadas pode ser construída por uma empresa chinesa.

Se por um lado, a importância dos investimentos chineses é arrebatadora, por outro, deve ser vista como constituinte de uma estratégia de intervenção em diferentes regiões do mundo. Esperar os investimentos e a cooperação chinesa sem antes estabelecer parâmetros definidores e limites, ou mesmo refletir sobre o alcance da benevolência estrangeira, é arriscar o futuro dos interesses brasileiros na Amazônia. A vocação chinesa é de constituição de um império universal, não de conformação de uma parceria estratégica. Imitemos os chineses, sejamos pragmáticos (GALVÃO, 2008).

O próprio governo Chinês confirma o interesse em recursos brasileiros quando diz que a China investe aqui por várias razões: ocupar mercado, ter lucro, exportar sua capacidade excedente e assegurar recursos estratégicos, e por razões geopolíticas internacionais (LOCATELLI, 2016).

Galvão (2008) diz que as semelhanças, em termos de extensão territorial e riquezas naturais, juntamente com as possibilidades e as oportunidades no campo econômico-comercial, idealizam a imagem de uma aliança sino-brasileira como parceria estratégica. Isso significa que o interesse geopolítico em controlar nossos recursos é claro e já se tornou, oficialmente, política de Estado. A própria estratégia de construção de hidroelétricas na Amazônia é reflexo disso. Uma energia de baixo custo que proporcionará a instalação e implementação de projetos de mineração. Moreno (2015) diz que nos últimos anos houve uma disparada na descoberta de novos garimpos,

Enquanto as atuações da China nos continentes africano e asiático já se configuram em ações e projetos concretos geopolíticos (petróleo e energia nuclear) e econômicos, no espaço sul-americano, o país vem fazendo “sobrevoos” de inspeção com o objetivo de sondar

¹⁰ <http://reporterbrasil.org.br/2016/02/quem-sao-os-chineses-de-olho-na-amazonia/>

possibilidades e oportunidades econômicas, com transbordamentos políticos-estratégicos. Logo, a estratégia chinesa de inserção no espaço amazônico se desdobra em três flancos: Brasil, Venezuela e Guiana e tem como objetivos primordiais garantir o suprimento energético para o país, ampliar os contatos comerciais e os mercados para os produtos chineses de baixo custo, dar visibilidade a dimensão global de sua política exterior (GALVÃO,2008).

A essas informações, Moreno (2015) complementa dizendo que a *Three Gorges* já é a sexta maior operadora de energia no Brasil, com 6,89 megawatts de capacidade instalada, o suficiente para abastecer o Estado de Pernambuco. Vale destacar que a empresa chegou ao Brasil em 2011 e já figura com esse potencial.

2.1 Outros atores internacionais na Amazônia

A compra de terras na Amazônia não é exclusividade da China e já foi, inclusive, alvo de alertas da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a qual investigou fundos de investimento e ONGs internacionais que têm dedicado verbas para compra de áreas enormes em território amazônico.

A título de exemplo, há casos nos quais uma única pessoa adquiriu mais de 160 mil hectares, área esta equivalente à cidade de São Paulo. A ABIN destaca que esse controle indireto da terra não é ilegal, mas uma forma de aproveitar "lacunas da legislação brasileira" para comprar terras na Amazônia, destaca o relatório. Em alguns casos, a ABIN destaca que a justificativa tem sido externada como sendo compras para proteger a natureza; porém, em várias dessas áreas, os proprietários fizeram sucessivas solicitações de pesquisa geológica para mapear o local. É difícil rastrear a origem exata das aquisições de terra em âmbito mundial, uma vez que, por mais que se registre o país-sede da inversão, é frequente tratar-se de um emaranhado de investidores internacionais (NAKATANI Et al,2014).

É necessário frisar que o território amazônico tem em seu subsolo ricas jazidas de ouro e outros minerais estratégicos de alto valor agregado. Frente a isso, percebe-se que o Brasil terá que mudar a sua política para a Amazônia, se quiser manter a sua soberania sobre a região, em se falando de gestão de terras e recursos.

A silenciosa ocupação internacional da região, por intermédio da imposição de imensas reservas indígenas e florestais, como parte de uma política essencialmente controlada pelo aparato ambientalista-indigenista internacional, especialmente, nas áreas de fronteira com a Colômbia, Venezuela e Guianas, pode passar rapidamente a ações de ocupação efetiva, com o propósito de controlar os recursos naturais da região – diretamente ou impedindo a sua exploração soberana pelos brasileiros (CARRASCO, 2012).

3. A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA ALÉM DAS FRONTEIRAS

O conhecimento geopolítico envolve o conhecimento e a avaliação científica dos fatores que envolvem a expansão dos Estados em face da sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica. Essa expansão, considerada política, pode ser, também, uma estratégia econômica, inserida pelos interesses estabelecidos em determinada região, geralmente pela estratégia de seu espaço e das boas condições de uso de seu território para um determinado fim.

No nosso caso, a Amazônia e sua importância estratégica aliada a necessidade de defesa da soberania na região por dois fatores principais claramente já apontados pelo documento Cenários EB2030 do Estado Maior do Exército: a necessidade de neutralização das pressões internacionais sobre a Amazônia (em relação a hipótese de “tentativa de imposição de soberania “compartilhada” mediante aplicação de diretrizes e pelo uso privilegiado dos recursos da região”) e também em se falando do interesse internacional sobre áreas estratégicas do Brasil (em especial a Amazônia).

Há três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil (BECKER, 2005).

Cobiçada desde a sua descoberta, a região amazônica ganhou importância geopolítica também por ser uma área de fronteira e pela qual se pode chegar ao Atlântico. Mencionada em escritos há séculos, especialmente no século XIX, a sua importância integradora foi ganhando cada vez mais importância.

Lima (2012) diz que a questão do discurso da Segurança Nacional se renova sempre que se dimensionam os temores de uma interferência estrangeira na Amazônia. Neste sentido, o discurso

ideológico é sempre permeado de geopolítica, considerando-se que a Amazônia pertence à soberania brasileira, e que sempre justificou a manutenção de um esforço militar na fronteira.

Um estudo realizado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), em 1991, mostra as informações disponíveis a respeito dos recursos nacionais e, em especial, o potencial e a estrutura produtiva dos recursos minerais da Amazônia. As estatísticas mostram a região Amazônica com grandes estoques voltados para a exportação de ferro, bauxita, alumina, ouro, estanho, manganês, diamantes, gemas e pedras semipreciosas. Outros minerais conhecidos, mas ainda não explorados de forma intensiva, são o cromo, o cobre e o níquel (CETEM, 1991). A importância dessa riqueza mineral na economia internacional é observada por Dos Santos (1996: 177) (AMIN,2015).

A disputa fronteira vem de longa data. Lima (2012) diz que o Brasil enfrentou problemas de litígio com a França na questão do Amapá, a questão do Acre com a Bolívia e, com a Grã-Bretanha, a questão do Pirara; todos foram resolvidos no final do século XIX, diretamente por diplomacias relativas às fronteiras da Amazônia Brasileira.

As questões de litígio enfrentadas não favorecem estratégias de segurança mais abrangentes para a fronteira, vindo a se firmar apenas medidas paliativas com a criação dos chamados pelotões de fronteira ou Comando Militar da Amazônia (CMA), cujo pequeno grupo militar de forma alguma consegue abranger todo o território que engloba essas áreas. Essas medidas não foram suficientes para a proteção do território por isso, criou-se nova estratégia de segurança nacional, tendo como foco a política de migração para as áreas de fronteira (LIMA et al,2012).

Assim, constata-se que tanto o governo brasileiro como as Forças Armadas, a partir do Exército Brasileiro passaram a temer as ações dos narcotraficantes nas áreas da Amazônia brasileira. Esse fato merece especial atenção já que representou um dado relevante na geopolítica regional para a criação de estratégias de segurança da fronteira. Na visão dos militares, o interesse dos países desenvolvidos pela Amazônia influencia o debate acerca de temas como a questão ambiental, a questão indígena, a ideia da Amazônia como patrimônio da humanidade, o tráfico de drogas, além do perigo da escassez de água potável no planeta (SILVA,2005).

Dentro do desenvolvimento do Plano Plurianual 2012-2015¹¹ do Governo Federal, há um subtópico sobre integração sul-americana, com destaque, aponta Lima (2012), a uma estratégia de poder da soberania de cada um dos países signatários sobre a parte que lhe corresponde da Amazônia e apontando que isso nos permite avaliar que a integração Sul-americana é uma tomada de posição sobre a problemática da soberania do conjunto das amazônias de cada país.

As aproximações no campo financeiro, comercial e energético com Brasil, Guiana e Venezuela visam estabelecer contatos fixos e cristalizar a presença chinesa na esfera de influência norte-americana. Ademais, por meio da inserção humana no espaço amazônico e pela difusão dos hábitos e costumes (alimentares, vestuário, etc.), bem como da filosofia e da cultura milenar, por meio da mídia em geral e da filmografia, monta-se um imaginário acerca do esplendor e grandeza do império do meio. Em suma, exercita-se por meio da diplomacia pública uma espécie de soft power chinês do século 21, evidenciado durante os anos de preparação dos Jogos Olímpicos Beijim-2008, que serve aos propósitos de penetração no espaço mundial e especificamente na região amazônica da América do Sul (GALVÃO, 2008).

a) Calha Norte e a Amazônia

Criado no governo José Sarney em 1985¹² com o objetivo de desenvolver socioeconomicamente a Amazônia, o Projeto Calha Norte visava, e ainda visa, aberturas, manutenção e consertos de estradas, à construção e reparos de aeroportos e à construção e reformas de quartéis, bem como lograra obter equipamentos de vigilância nas margens do rio Solimões, nas fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guiana (em sua origem). O objetivo político de manutenção de soberania brasileira também foi uma constante para a criação do Calha Norte.

A preocupação com a presença militar nas fronteiras é uma constante desde a época da construção de fortificações nos séculos XVII, XVIII e XIX. Ressalte-se, também, a criação dos batalhões de fronteira no fim dos anos 40, sob a tutela do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Góes Monteiro. De acordo

¹¹ Plano completo disponível em: <http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/aplicativo-inicio.xhtml>.

¹²Para saber mais sobre história do Calha Norte: <<http://docslide.com.br/documents/programa-calha-norte-pcha-amazonia-na-rota-da-seguranca-nacional.html>>.

com Nascimento (2009), esse movimento pode ser chamado de concepção geopolítica da vivificação da fronteira por meio da atração de contingentes, primeiramente familiares dos militares deslocados de outras cidades e/ ou regiões do país, o que acarretaria no surgimento de vilas e até cidades.

O Calha Norte, em união com o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)¹³ e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), ambos criados posteriormente, operacionalizam as políticas de defesa na região pois funcionam como mecanismos de defesa e resguardo de áreas da floresta amazônica. O Projeto Calha Norte (PCN) visando defesa e controle através de ocupação militar através das Forças Armadas e com intuito de proteção de soberania. Já o SIVAM/SIPAM visando objetiva manter e fazer constantemente mapeamentos através de radares que transmitem os dados para bancos e dados e assim auxilia na detecção de queimadas, extração ilegal de recursos, bem como tráfego aéreo ilegal. Ambos são projetos governamentais estruturais necessários ao desenvolvimento sustentável e manutenção da integração nacional. Lima (2012) destaca que as políticas militares e de desenvolvimento implantadas na Amazônia refletem o medo de perder a soberania sobre a região e que projetos assim têm a finalidade política de defesa como uma prioridade estratégica. Ao mesmo tempo, a viabilização dessa ocupação garante a proteção das fronteiras.

b) Amazônia: uma questão de segurança nacional

A Geopolítica Clássica, desde a sua origem até a atualidade, sempre destacou a necessidade de uma diplomacia do “poder territorial”. Os espaços vitais variam, a depender do autor, mas a importância estratégica dos recursos não. No mundo há duas regiões se apresentam geopoliticamente como *espaços*

¹³ O SIVAM baseia-se num sistema operacional formado a partir de uma rede de satélites e radares conectados a centros de vigilâncias, com vistas a vigiar o espaço aéreo da Amazônia Legal. O SIPAM é um sistema multidisciplinar com o objetivo de coordenar as ações de vigilância na Amazônia, buscando integrar as diversas instituições públicas e privadas, a fim de gerenciar informações obtidas com os projetos de natureza científica e tecnológica para fins de segurança nacional e desenvolvimento social regional, bem como reduzir custos infraestruturais necessários ao desenvolvimento sustentável e manter a integração nacional (NASCIMENTO, 2005).

vitais na luta pelos recursos estratégicos do século XXI: a região formada pela Ásia Central e a bacia do mar Cáspio, e a região Amazônica (AMIN, 2015). Isso significa que todos enxergaram a importância das áreas estratégicas para projeção de poder e, no caso brasileiro, como nosso espaço vital, a Amazônia.

Num documento secreto de 1936, assinado pelo Coronel Francisco Gil Castello Branco, afirmava-se que a Amazônia, no contexto da situação de beligerância que circundava o mundo, tornava-se alvo predileto da conquista pelas potências “imperialistas” (Inglaterra, Japão e França); exortava as autoridades para criarem uma forte organização militar para defendê-la (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1996: p 180-2 apud NASCIMENTO,2009).

Ou seja, fica clara que a preocupação quanto à Amazônia pelo viés militar já é uma constante há muito tempo, bem como o cenário de desejo de controlar seus recursos por parte de outras potências. Assim, o valor geopolítico da Amazônia é destacado no documento Cenários EB2030, caracterizando-a como área que tende a ser alvo do aumento do interesse internacional sobre regiões estratégicas do Brasil, visto que “a liderança nacional atribui pouca importância e a sociedade tem dificuldade em perceber a ameaça embutida no interesse internacional, o que se reflete na baixa prioridade conferida ao setor de defesa do País”

A sobrevivência do poder hegemônico de países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos depende do acesso à vasta fronteira internacional de recursos naturais estratégicos. A Amazônia guarda um grande estoque desses recursos, passando a ser, portanto, centro de referência nas políticas de planejamento estratégico por parte de economias hegemônicas, como a dos Estados Unidos, na busca de regiões ricas em recursos naturais no século XXI (AMIN,2015)

Dessa forma, a importância em dedicar atenção quanto à defesa e à segurança na Amazônia ganhou mais força nas últimas duas décadas, muito devido a um quadro de aumento das tensões políticas nas fronteiras da América do Sul, especialmente no que se refere ao aumento da presença militar dos EUA na Colômbia, à cessão de bases militares colombianas aos americanos, a compras militares venezuelanas e a operações fronteiriças antiguerrilha por parte do Equador (NASCIMENTO ,2009). Esses exemplos, entre tantos outros, reforçam o ideal de necessidade de defesa, de presença militar na região e de fiscalização de

terras, já que a este ideal se adicionam investimentos não tão claros de capital externo para aquisição de terras.

Trata-se de uma perspectiva presente e que é uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END) quando aponta a necessidade de “dissuadir¹⁴ a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional”. Isso será alcançado com o aumento da “presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras” (END,2008).

A mesma Estratégia Nacional de Defesa já frisa a prioridade que deve ser dedicada à região, quando declara que a Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa; que a sua defesa exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (END, 2008). Considerando que o desenvolvimento sustentável também é objetivo da OTCA, temos clara a necessidade de construção de políticas conjuntas e não individuais, dentro do aparato do Estado.

Os fundamentos teóricos da geopolítica, num sentido clássico, enquanto categorias capazes de organizar um discurso pretensamente científico que dê sentido e princípio às estratégias desenvolvidas por Estados nas relações internacionais quando estimulados à expansão e à conquista de outros territórios na busca de suprimentos e fontes de energia e matéria-prima para atender a determinadas demandas industriais, isto, de um estado com pretensões expansionistas ou de preservação de seu território em caso de ameaça de outro fronteiriço, ou, mais ainda, o desenvolvimento daqueles princípios voltados para o controle de pessoas identificadas e pensadas como “inimigos interno” do Estado, giram em torno do problema das relações entre população, território e recursos naturais (NASCIMENTO,2009).

Do ponto de vista da ampliação da política de defesa, torna-se necessário lembrar dois outros componentes estratégicos que se inserem na dinâmica da discussão contemporânea acerca da Amazônia e sua geopolítica: a importância do debate sobre a questão da escassez de água doce no planeta e sobre sua diversidade biológica. Estas questões remetem ao fato de que um terço das espécies existentes no mundo

¹⁴ A END destaca que para dissuadir, é preciso estar preparado para combater. A tecnologia, por mais avançada que seja, jamais será alternativa ao combate. Será sempre instrumento do combate.

está na Amazônia, para a qual existem referências mundialmente conhecidas acerca dos planos dos grandes conglomerados farmacêuticos interessados em explorar o manancial de insumos existentes. Isto tem conduzido pesquisadores a sugerir e definir os contornos de uma *Geopolítica da Biodiversidade* (ALBAGLI, 1998 apud NASCIMENTO, 2009).

Apesar de ser uma região que recebe iniciativas governamentais de defesa há muito tempo, especialmente com a criação em 1985 do Projeto Calha Norte – momento no qual uma atenção à militarização da região começa a tomar forma, a presença estrangeira na região passa há tempos por um processo de crescimento que já ultrapassa compras territoriais, as quais somadas equivalem a mais do que todo o território do Distrito Federal, o que ainda assim não se reflete na geração de desenvolvimento e riquezas regionais.

Nascimento (2009) diz que, nos idos dos anos 1980, a Amazônia necessitava ser povoada a qualquer custo, a fim de garantir e legitimar a soberania sobre suas riquezas naturais. Com efeito, era preciso manter a ordem capitalista contra possíveis instabilidades institucionais e políticas.

Fazendo uso dos dizeres da END, porém aplicados à situação de um modo geral, temos que as políticas de Estado quanto à defesa e à segurança ganharão seu pleno significado apenas quando compuserem um sistema integrado que se potencialize como instrumentos de defesa. Isso pode ser exemplificado mencionando a Diretriz Estratégica nº 11 da END: “desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica”.

A conclusão efetiva Estratégia Nacional de Defesa depende diretamente de políticas governamentais que viabilizem a concreta mobilidade na região amazônica através de investimentos nacionais do Estado ou por parcerias público privadas que possibilitem uma infraestrutura completa de mobilidade e defesas regionais. Isso é necessário quando observamos que “os primeiros investimentos na Amazônia foram feitos por empresas estrangeiras, com o principal objetivo de verificar as potencialidades minerais dessa vasta região ainda desconhecida, considerando apenas seu uso futuro” (AMIN, 2015). Ou seja, antes mesmo de o Brasil investir em infraestrutura na região, já havia capital estrangeiro mapeando e interessado na exploração de nossos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as exposições acima, chegamos à conclusão de que o Estado vem pensando defesa da soberania na região amazônica, seja pelo Tratado de Cooperação Amazônico ou pela Estratégia Nacional de Defesa. A problemática reside na implementação, seja do mapeamento geográfico completo da região ou da manutenção dos orçamentos planejados, os quais incidem diretamente no resultado positivo para a região.

A soberania na região estará mantida se, seguindo os preceitos de Klare e Cohen, destacados por Amin (2015), quais sejam, a representação da formulação de políticas que visem à formulação de uma luta futura pela apropriação dos recursos naturais em qualquer territorialidade geográfica, independentemente dos impactos sociais, econômicos e ambientais que possam causar, objetivos os quais o Estado precisa estar atento e comece desde já a implementar políticas defensivas, seja através da presença militar ou da extinção de mecanismos legais que venham a permitir esse tipo de expropriação de recursos naturais brasileiros.

A escassez de água se aproxima e o aumento de pressões internacionais na Amazônia se aproxima com asas ligeiras ainda mais se analisamos os recursos da região. Percebemos que dos 20 principais itens da pauta exportadora da China, seis são provenientes da região amazônica, a citar petróleo cru, aço, produtos plásticos, petróleo refinado, minério de ferro e soja. Além destes produtos, a China importa, também, madeira, produtos agrícolas e peixes (SILVA, 2005).

A geração de energia também será um alvo de desafios não futuros mas já presentes. A inserção de capital chinês em projetos energéticos de construção ou de compra de concessionárias poderá vir a acarretar um controle externo para com a nossa matriz. A grande certeza é de que será uma relação assimétrica, e não penderá para os países amazônicos.

Por fim, Becker (2005) nos diz que hoje a geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras, diferentemente de outrora, quando a primazia de atuação do Estado era a única origem do poder. Assim, aponta-nos três questões concernentes a Amazônia: 1) O novo significado geopolítico da Amazônia em âmbito global como a grande fronteira do capital natural; 2) o novo lugar da

Amazônia no Brasil; 3) a urgência de uma nova política de desenvolvimento e de estratégias básicas para implementá-la. Responder a essas questões é o desafio da manutenção de soberania.

REFERÊNCIAS:

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. Disponível em: < <https://rccs.revues.org/5993>>. Acesso em: 18 Maio 2016.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, Apr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Maio 2016.

CÂMARA BRASIL-ALEMANHA. Corrida por matéria-prima pode ameaçar competitividade europeia. Disponível em: < <http://ahkpoa.com.br/noticias/detalhe.asp?IDNews=879>>. Acesso em: 19 Maio 2016.

CARRASCO, Lorenzo. A GEOPOLÍTICA DO "GRANDE CARIBE": AMEAÇA À AMAZÔNIA E À INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL. Disponível em: < <http://www.ternuma.com.br/index.php/art/794-a-geopolitica-do-grande-caribe-ameaca-a-amazonia-e-a-integracao-da-america-do-sul-por-lorenzo-carrasco>>. Acesso em 20 Maio 2016.

ESTADÃO. China compra terras no Brasil. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,china-compra-terras-no-brasil-imp-,589697>>. Acesso em 20 Maio 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Amazônia. Disponível em < <http://www.eb.mil.br/amazonia> >. Acesso em: 18 Maio 2016.

FORÇA TERRESTRE. Estratégia do Exército Brasileiro até 2030. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/2010/07/11/estrategia-do-exercito-brasileiro-ate-2030/>>. Acesso em: 18 Maio 2016.

GALVÃO, Thiago Gehre. A Amazônia na grande estratégia de política externa da China. Disponível em: <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=12258>>. Acesso em: 18 Maio 2016.

ITAMARATY. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Disponível em:<
<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>>. Acesso em: 18 Maio 2016.

LIMA, Wendell Teles de; FALCÃO, Rita Dácio; SILVA, Iatigara Oliveira da; GOMES, Jader Oliveira; ALVES, Antônia Marinês Goes; Marinho, Karem Keyth de Oliveira . PENSANDO A DIVISÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA E SEUS PROPÓSITOS PELOS ESTADOS DO AMAZONAS E PARÁ. Disponível em:<
<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-W-Teles.pdf>>. Acesso em: 18 Maio 2016.

LOCATELLI, Piero. Quem são os chineses de olho na Amazônia? Disponível em:<
<http://reporterbrasil.org.br/2016/02/quem-sao-os-chineses-de-olho-na-amazonia/>>. Acesso em: 14 Maio 2016.

LOPES DA CUNHA, Guilherme y Víctor Santiago Calle León. (2014). “A inclusão da China na Amazônia: análise e considerações geoestratégicas”. En: Transpasando Fronteras, núm. 6, pp. 241-262. Cali, Colombia: Centro de Estudios Interdisciplinarios,

Jurídicos, Sociales y Humanistas (CIES), Facultad de Derecho y Ciencias sociales, Universidad Icesi

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estratégia Nacional de Defesa. Martins. Disponível em:<
http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf >. Acesso em: 14 Maio

MORENO, Camila. O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo / Camila Moreno – São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. 116p.

NAKATANI, Paulo; VARGAS, Neide César; FALEIRO, Rogério Naques; FELIPE, Paula Cristina Nabuco; GOMES, Helder; TRINDADE, Rafael Venturini. A expansão internacional da China através da compra de terras no Brasil e no mundo. Disponível em:<
http://www.unifal-mg.edu.br/economia/sites/default/files/economia/NEheEP/Artigo_Faleiros.pdf>. Acesso em: 14 Maio 2016.

NASCIMENTO, Durbens Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: Desafios Políticos e Institucionais para a Defesa no século XXI. Martins. Disponível em:<
http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/24265_Cached.pdf >. Acesso em: 14 Maio

OTCA. AGENDA ESTRATÉGICA DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. Disponível em:<
http://www.otca.info/portal/admin/_upload/apresentacao/AECA_prt.pdf>. Acesso em: 18 Maio 2016.

ROESSING NETO, Ernesto. BRASIL, BOLÍVIA, O TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA E AS HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA. Disponível em:<
<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/51/48>>. Acesso em: 18 Maio 2016.

SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. Estud. av., São Paulo, v. 16, n. 45, p. 123-152, Agosto. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420020002000009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Maio 2016.

REVISTA FÓRUM. A China e a sua sutil entrada na América Latina. Disponível em:<
<http://www.revistaforum.com.br/2014/05/18/china-e-sua-sutil-entrada-na-america-latina/> >. Acesso em 19 Maio 2016.

SILVA, Solange Dias da. Os interesses econômicos comerciais da República Popular da China nos países Amazônicos. Disponível em:< http://www.pucsp.br/geap/artigos/Amayo_finalsolange.PDF >. Acesso em: 18 Maio 2016.